



1
2 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
3 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH
4 SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
5 CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CNDI

Data: 13 e 14 de dezembro de 2010

Local: Salas E e F do Hotel Royal Tulip,
situado no Setor de Hotéis e Turismo Norte/ em **Brasília/DF.**

Resumo Executivo

6 Esteve reunido para a sua Quadragésima Oitava Reunião Ordinária o Conselho
7 Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, sob a presidência da Sra. Karla Cristina
8 Giacomini. **Presentes.** Sra. Sandra de Mendonça Mallet – *Representante do Centro*
9 *Interdisciplinar de Assistência em Pesquisa do Envelhecimento – CIAPE;* Sra. Luiza
10 Fernandes Machado – *Representante do Ministério da Saúde – MS;* Sra. Ediane –
11 *Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –*
12 *MDS;* Sra. Yélena de Fátima Monteiro de Araújo – *Representante da Associação*
13 *de Promotores de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa – AMPID;* Sra. Rita de
14 Cássia Gonzaga Martorelli – *Representante Suplente da Confederação Nacional do*
15 *Comércio – CNC;* Sra. Lilian Alicke – *Representante da Associação Brasileira de*
16 *Alzheimer – ABRAZ;* Sra. Vera Nícia Fortkamp de Araújo – *Representante da*
17 *Associação Nacional de Gerontologia do Brasil – ANG-Brasil;* Sr. João Batista Lima
18 Filho – *Representante da Pastoral da Pessoa Idosa;* Sr. Michel – *Representante da*
19 *Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República – SDHPR;* Sra. Nilma
20 Paulo – *Representante do Ministério da Previdência Social – MPS;* Sra. Maria
21 Bernadette de Moraes Medeiros – *Representante Suplente do Conselho Federal de*
22 *Serviço Social – CEFFES;* Sra. Fátima Rodrigues Guimarães – *Representante do*
23 *Ministério da Justiça – MJ;* Sr. Eduardo Ramirez Meza – *C Coordenador-Geral do*
24 *CNDI;* Sr. Marcos Wandresen *Representante da Confederação Brasileira dos*
25 *Aposentados e Pensionistas – COPAB;* Sr. Natalino Cassaro – *Representante*

26 *Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG; Sr. Geraldo*
27 *Moura Cascaes – Representante Suplente do Movimento de Reintegração das*
28 *Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN; Sr. Emídio Rebelo Filho –*
29 *Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Sra. Magda Hennes –*
30 *Representante do Ministério das Cidades – Midades; Sr. Paulo de Tarso Vannuchi*
31 *- Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos; Sra. Lena Vania*
32 *Carneiro Peres - Vice-Presidente do CNDI; Sra. Maria do Rosário – Deputada*
33 *Federal; Sra. Iracema de Abrantes Souto – Representante do Ministério do*
34 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Sr. Herbert Barros –*
35 *Coordenador da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República –*
36 *SDH/PR; Sra. Sandra Regina Gomes – Representante Suplente da Secretaria de*
37 *Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR e Sra. Claire da Cunha*
38 *Beraldo – Representante Suplente do Serviço Social do Comércio – SESC;*
39 **Abertura.** A Sra. Karla Cristina Giacomini iniciou informando que havia enviado aos
40 conselheiros a memória da reunião feita com a Sra. Lena Vania Carneiro Peres.
41 Ponderou que aquele era um momento de mudanças com indicação de novos
42 conselheiros governamentais, porém permaneceria a ideia de planejar o conselho
43 para que ele perdurasse para além das suas gestões. Informou que em janeiro de
44 2011 haveria uma reunião de planejamento para o conselho a fim de pautar ações
45 efetivas para a nova gestão. Sugeriu uma reunião de conselhos em Brasília, com
46 conselhos estaduais e alguns conselhos municipais na busca de forma articulada
47 da aproximação e integração das ações. Com relação à Conferência informou
48 dependia de convocação do Executivo. Em seguida abriu a palavra aos
49 conselheiros para que estes se manifestassem. A Sra. Luiza Fernandes Machado
50 solicitou que todos se apresentassem visto que aquela era a primeira reunião de
51 alguns conselheiros. Passadas as apresentações a Sra. Karla Cristina Giacomini
52 informou que a pauta seria constituir comissões, relacionar assuntos pendentes da
53 gestão passada, propor encaminhamentos e também definir a priorização das
54 diretrizes da 2ª conferência. Em seguida passou às discussões do calendário do
55 CNDI. A Sra. Yélena de Fátima Monteiro de Araújo questionou se não seria
56 possível verificar a questão de ter as reuniões mensais, alterar desde o Artigo 11
57 do Regimento Interno, pontuar as situações mais urgentes e a possibilidade de
58 participação dos suplentes nas reuniões do Conselho. A Sra. Karla Cristina
59 Giacomini esclareceu que em conversa com a Sra. Lena Vania Carneiro Peres o

60 entendimento dela era que a princípio não haveria previsão de abertura para os
61 suplentes. E com relação às reuniões mensais que todos os conselhos de direito se
62 reuniam bimestralmente. O Sr. Eduardo Ramirez Meza ponderou a possibilidade de
63 reuniões extraordinárias, seguindo o Regimento Interno e que no caso de reuniões
64 mensais, articular uma modificação no Decreto. A Sra. Sandra de Mendonça Mallet
65 sugeriu realizassem a reunião extraordinária, no dia 13 e 14 de janeiro de 2011, e
66 as ordinárias, no mês de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro do
67 mesmo ano, sempre na segunda semana às quintas e sextas. A Sra. Karla Cristina
68 Giacomini ressaltou que a reunião extraordinária seria uma reunião para o
69 planejamento com a presença de facilitadores que ajudariam a pensar o Conselho
70 para os próximos cinco anos. O Sr. João Batista Lima Filho questionou que se até
71 o fim de janeiro de 2011 estaria fechada a nova bancada governamental do CNDI.
72 Posto isso a Sra. Karla Cristina Giacomini sugeriu que o Conselho pensasse numa
73 reunião na última semana de janeiro e uma reunião duas semanas após. A Sra.
74 Karla Cristina Giacomini, na tentativa de dar os encaminhamentos propôs que
75 colocassem em votação se a primeira, segunda, terceira ou quarta semana do mês
76 seria mais viável para a realização das reuniões e após isso pensassem o período
77 dessas semanas. O Conselho decidiu por meio de votação que a quarta semana
78 do mês seria o mais viável. Em seguida passaram às discussões dos dias da
79 semana em que se realizariam as reuniões e após votação ficou acordado que
80 aconteceria na terça e quarta feira da última semana do mês. Após a Sra. Karla
81 Cristina Giacomini solicitou que os conselheiros informassem para o CNDI as datas
82 de reuniões ordinárias dos conselhos estaduais para que fosse possível colocar no
83 calendário aqueles eventos. A Sra. Fátima Rodrigues Guimarães sugeriu que
84 colocassem em discussão a votação dos locais e meses que aconteceriam as
85 reuniões do CNDI em outros locais que não fosse Brasília. Após discussões ficou
86 acordado que as quatro reuniões anuais fora de Brasília seriam realizadas no Pará,
87 Rio de Janeiro, Recife e Santa Catarina e que a do Pará aconteceria em agosto de
88 2011. Fechado esse ponto a Sra. Karla Cristina Giacomini sugeriu as discussões da
89 2ª Conferência. A Sra. Fátima Rodrigues Guimarães sugeriu como data da
90 Conferência 23, 24 e 25 de novembro de 2011 que foi questionada ao Conselho
91 pela Sra. Karla Cristina Giacomini e acatada. Na sequência a Sra. Karla Cristina
92 Giacomini sugeriu os conselheiros se debruçassem sobre a proposta do
93 ordenamento do conselho para que fosse possível o recolhimento e consolidação

94 das propostas. O Sr. Marcos Wandresen lembrou ao Conselho que aquele era uma
95 instituição pública, e como instituição pública, dependia do orçamento público e que
96 deveria haver o cuidado de que as determinações do Conselho se enquadrassem
97 na despesa junto ao órgão de manutenção do CNDI. A Sra. Nilma Paulo indagou
98 se já havia local definido para a realização da 2ª Conferência. De pronto a Sra.
99 Karla Cristina Giacomini esclareceu que o primeiro pensamento era o Centro de
100 Convenções em Brasília, visto que o evento contaria com a presença de mais ou
101 menos 1870 pessoas. O Sr. Emídio Rebelo Filho ponderou que qualquer atividade
102 do Conselho dependia de recursos financeiros e recursos humanos e que a
103 participação dos ministérios era de suma importância para que o Conselho tivesse
104 ciência de onde estavam alocados os recursos em cada ministério e sugeriu que
105 para a primeira reunião, o primeiro convite fosse feito ao Ministério de
106 Planejamento e Orçamento. A Sra. Karla Cristina Giacomini informou a título de
107 esclarecimento que a Conferência já contava com um recurso de mais ou menos 2
108 milhões de reais. O Sr. Eduardo Ramirez Meza ressaltou que a SDH realizou
109 trabalhos significativos com relação à pessoa idosa e sugeriu que as
110 apresentações dos órgãos representantes do governo federal fossem
111 acompanhadas de representações das instituições da sociedade civil. O Sr. Marcos
112 Wandresen enfatizou que o Conselho não teria recurso para as políticas sociais
113 básicas e muito menos para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.
114 Destacou que a lei maior 8.842, como também o Decreto-Lei 1.948, que
115 regulamentava a lei, o Estatuto do Idoso, principalmente, a Lei 10.741, traziam
116 claramente que as organizações governamentais como não governamentais
117 deviam adequar a sua legislação, as suas normas, os seus mecanismos, os seus
118 instrumentos e seus procedimentos. A Sra. Karla Cristina Giacomini enfatizou que o
119 término daquela reunião seria com a fala do Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, porém
120 na reunião do dia seguinte seria a reunião com o Fundo do Idoso, com a
121 participação da SDH. Na sequência anunciou a chegada do Sr. Paulo de Tarso
122 Vannuchi. O Sr. Paulo de Tarso Vannuchi agradeceu a oportunidade daquela
123 reunião para se despedir como ministro. Destacou que na seara da democracia era
124 preciso promover a criação de conselhos, o fortalecimento dos já pré-existentes
125 realizar o processo democrático mais amplo e regular as conferências. Ressaltou
126 que a agenda, dos direitos do idoso era uma das agendas mais projetadas ao
127 crescimento, mesmo pelas razões demográficas em que seria um contingente cada

128 vez maior de pessoas idosas. Informou do interesse da Sra. Maria do Rosário,
129 então indicada para substituí-lo havia expressado o seu interesse de conhecer
130 cada um dos conselhos, sua composição, quem era quem e, sobretudo as ações
131 em curso, as prioridades, pois era a última reunião do conselho que ele podia
132 comparecer como ministro. Agradeceu a dedicação das representações
133 governamentais e das representações da sociedade civil. Enfatizou que os desafios
134 dos direitos do idoso eram grandes, sobretudo no cenário de violência que
135 começava com a situação extrema, era um o desafio humanitário e centrado nas
136 questões todas que eram as questões que as duas conferências nacionais haviam
137 trabalhado. Na sequencia solicitou que a Sra. Karla Cristina Giacomin
138 apresentasse a Sra. Maria do Rosário o que era o CNDI. Agradeceu o empenho e
139 a contribuição de todos naqueles cinco anos de gestão. Por fim, enfatizou sua
140 felicidade de chegar ao final de cinco anos deixando um país que era realmente
141 muito mais promissor do que o país de oito anos atrás, e que estava deixando uma
142 secretaria num ambiente muito melhor e atribuiu isso a um trabalho de equipe, de
143 governo, de ministros, parcerias, e, sobretudo a da equipe, que era uma equipe
144 dedicada que não media esforços. A Sra. Karla Cristina Giacomin enfatizou que o
145 Conselho esperava da pessoa do Ministro no período pós-governo Lula era que
146 realmente fosse assumida a questão do envelhecimento como uma prioridade de
147 pauta não só pela questão demográfica, mas também por uma carência de direitos
148 humanos e do gozo de direitos humanos de muitos dos idosos, ao longo de todas
149 as fases de sua vida. Por fim agradeceu e parabenizou o Sr. Paulo de Tarso
150 Vannuchi por todo o esforço e dedicação à frente da SDH. Na Sequência a Sra.
151 Karla Cristina Giacomin solicitou que o Conselho se apresentasse à Sra. Maria do
152 Rosário. Após apresentações a Sra. Karla Cristina Giacomin destacou à Sra. Maria
153 do Rosário que embora aquele fosse um conselho do idoso era um dos conselhos
154 mais novos e dos menos experientes. Ressaltou que era um desafio enorme, pois
155 a causa do idoso era uma causa que estava apenas chegando, porém a velhice era
156 o futuro de todos aqueles que conseguissem permanecer vivos. Enfatizou que o
157 compromisso do Conselho era muito grande, e o primeiro deles era vencer o
158 preconceito e a ignorância em relação ao que representava envelhecer no país.
159 Destacou que era preciso melhorar a relação com outros poderes, e nesse sentido
160 o Poder Legislativo era extremamente importante para garantir um contato com a
161 rede parlamentar, com a forma de ver o envelhecimento em todas as políticas, com

162 o Judiciário que também tinha um distanciamento muito grande e com o Executivo.
163 Informou que dentro do executivo a dificuldade era pautar o envelhecimento como
164 prioridade, pautar o envelhecimento como rotina de governo, como política de
165 estado. Enfatizou a necessidade de que a conferência fosse convocada, pois fora
166 foi compromisso da 2ª conferência que já tinha sido adiada por questões internas e
167 que seria realizada em 2011. Informou que trabalhando com a perspectiva de que
168 em novembro de 2011 essa conferência acontecesse, era preciso que o Executivo
169 fizesse a convocatória, e solicitou que a Sra. Maria do Rosário intermediasse essa
170 convocatória. Por fim, desejou sucesso e boas vindas à nova Ministra. A Sra. Lena
171 Vânia Carneiro Peres enfatizou que o Conselho tinha um desafio maior que a
172 Conferência, o primeiro ano de gestão do Fundo do Idoso. A Sra. Yélena de Fátima
173 Monteiro de Araújo informou que o Conselho Nacional de Assistência Social havia
174 baixado uma resolução sobre o Fundo Nacional do Idoso alterando a Lei do Fundo
175 e ela não tinha conhecimento da comunicação para o Conselho Nacional do Idoso.
176 A Sra. Maria do Rosário cumprimentou a todos e agradeceu a acolhida. Anunciou
177 que a visita ao CNDI era para que o Conselho pudesse saber que a partir dali eles
178 iriam trabalhar juntos construindo a política nacional. No que se refere à população
179 idosa ressaltou que o Brasil não havia percebido que estava diante de uma
180 mudança demográfica muito severa e que esta era uma situação, uma condição
181 própria de um país que estava ampliando a sua qualidade de vida, as suas
182 perspectivas em níveis de acesso a educação, a saúde pública. Ressaltou que o
183 fato de ser um país que ampliava a expectativa de vida revelava que era um país
184 que estava enfrentando contradições sociais e econômicas muito perversas que a
185 história deixou até as atuais gerações. Destacou que a cultura que oferecia o
186 marco da sociedade contemporânea era aquela que não via um lugar real para o
187 idoso. E, portanto não oferecia um futuro real à população como um todo. E era
188 papel daquele Conselho e do Brasil enfrentar essa lógica criando políticas públicas,
189 estabelecendo programas e enfrentando a cultura, enfrentando a desvalorização
190 humana que as pessoas vivenciavam; os preconceitos, a violência específica, o
191 abandono social, familiar. Enfatizou que era preciso estabelecer conceitos que
192 fossem adequados a uma vida com respeito e qualidade em cada uma das fases
193 da vida e que o idoso era igualmente detentor de direitos sociais, econômicos,
194 culturais, dentro dos sociais as questões da saúde, na especificidade, as questões
195 educacionais. Ressaltou que era preciso pensar em políticas públicas integrando

196 completamente. Com relação ao Benefício de Prestação Continuada – BPC
197 destacou que ele era fundamental, visto a situação do idoso empobrecido.
198 Ressaltou que era preciso também que as famílias dessem o valor devido à pessoa
199 idosa, não apenas buscassem nessa pessoa o que ele recebia a cada mês.
200 Enfatizou que o Brasil precisava conviver, as gerações precisavam conviver.
201 Destacou ao Conselho que este poderia contar com os esforços dela em contribuir
202 para a construção de condições para a tomada de decisões e implementações de
203 ações. Solicitou e convidou o CNDI a deixar uma reunião pré-agendada para o mês
204 de janeiro de 2011, pois gostaria de ouvir mais o Conselho. Agradeceu a todos e se
205 despediu desejando um feliz natal e um bom ano novo. A Sra. Karla Cristina
206 Giacomini agradeceu a todos e encerrou a reunião marcando a do dia seguinte para
207 as nove horas. A reunião do dia 14 de dezembro de 2010 foi iniciada com a Sra.
208 Karla Cristina Giacomini propondo a verificação aprovação do resumo executivo da
209 Ata da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária com as sugestões da Sra. Fátima
210 Rodrigues Guimarães. Após propôs que fosse suprimida da pauta daquele dia a
211 elaboração do calendário das reuniões ordinárias que tinha sido discutido no dia
212 anterior. Informou que para o período da manhã ficariam por conta das discussões
213 do Fundo Nacional do Idoso e para a tarde as discussões de como trabalhar com a
214 SDH e a questão do planejamento estratégico. Informou de uma propaganda
215 televisiva que estava sendo veiculada de uma empresa telefônica em que pessoas
216 idosas que escutavam mal. Ressaltou que a propaganda veiculava duas
217 mensagens horríveis, a questão da surdez e a questão da exclusão do idoso da
218 tecnologia. Informou que como Conselho fizera uma carta questionando e
219 solicitando imediata interrupção da veiculação da Campanha por entender que ela
220 era preconceituosa e discriminatória, tanto em relação às pessoas com deficiência
221 auditiva quanto em relação ao envelhecimento e ao coordenador da campanha que
222 refletisse seus conceitos sobre a velhice. A Sra. Lilian Alicke sugeriu um convite a
223 agência de propaganda que controlava a qualidade das propagandas para começar
224 um trabalho de mudança de atitude, de pensamento, de cultura em relação ao
225 envelhecimento. O Sr. Emídio Rebelo filho que ao invés do idoso ser tratado como
226 terceira idade, maior idade deveria ser tratado como idoso ou pessoa idosa, pois
227 esse era um preconceito e deveria acabar. Na sequência a Sra. Karla Giacomini
228 começou à leitura da Ata da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária do CNDI
229 para aprovação. Após leitura e aprovação da Ata passaram ao segundo ponto de

230 pauta. A Sra. Karla Cristina Giacomini informou que pelo calendário em novembro,
231 havia previsão de que a conferência acontecesse nos dias 23 a 25 dependendo da
232 convocatória. Questionou se o Conselho concordava com aquele calendário, visto
233 que não houve manifestações contrárias considerou aprovado. Passou para a
234 gestão e administração do fundo nacional. Em seguida passou a palavra ao Sr.
235 Herbert Borges Paes de Barros. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros
236 cumprimentou a todos e informou que fora convidado pelo Sr. Eduardo Ramirez
237 Meza e pela Sra. Lena Vania Carneiro Peres para falar sobre o Fundo Nacional do
238 Idoso, que era uma novidade que se iniciava no dia 01 de janeiro de 2011.
239 Ressaltou que levava para o Conselho um pouco de como que o Fundo se inseria
240 no contexto da administração e o papel que o CNDI tinha como gestor do Fundo.
241 Informou que o Fundo Nacional dos Direitos do Idoso passava a incorporar o
242 orçamento geral da União e era fundamental, pois dava alguns direcionamentos
243 para que se pudesse chegar ao orçamento geral da União. Esclareceu que a
244 Gestão do Fundo dentro do ciclo orçamentário do Governo Federal iniciava com a
245 eleição do presidente da república e aprovação popular de uma proposta de
246 Governo. E na eleição o presidente apresentava a sua proposta de Governo e
247 traçava diretrizes a priori a direitos do idoso. Enfatizou que a Constituição Federal
248 estabelecia que o Governo Federal e os Governos estaduais e municipais também
249 deveriam construir planos plurianuais com a duração quadrienal. Anualmente havia
250 ou não a possibilidade de revisão. Relatou que o Fundo havia sido incorporado
251 para o orçamento de 2011 seguindo, a estrutura do Plano Plurianual – PPA
252 vigente. Estabelecia a meta de inflação, a meta de superávit primário que afetavam
253 diretamente na gestão do orçamento federal e também dos fundos especiais como
254 era o caso do FNI. Enfatizou que assim se fechava o ciclo orçamentário com a
255 parte de prestação de contas e avaliação dos resultados. Informou que os
256 princípios da administração pública federal que abrangiam todo orçamento federal
257 e os enumerou. Informou que existia a possibilidade dos recursos virem a ser
258 contingenciados na política de adequação de receitas e despesas. Enfatizou que
259 não existia uma regra de isonomia de valores no Orçamento Federal e que este
260 funcionava à base da programação e das metas a serem cumpridas. Destacou que
261 no orçamento da SDH os valores foram negociados na construção dos orçamentos
262 ao longo dos anos e que o programa específico de Promoção e Defesa de Direitos
263 da Pessoa Idosa somente passou a existir com o advento do PPA. Informou que o

264 PPA fora construído a partir das competências estabelecidas em lei, portanto o
265 orçamento a executar tinha que ter relação direta com as suas competências. Cada
266 programa resolveria um grande problema social. Cada ação atingiria as causas
267 desse problema. O PPA estabelecia pessoas de referências responsáveis por
268 prestar contas à sociedade e ao Governo das ações. No caso do fundo seria
269 provavelmente alguém da estrutura da Secretaria. Enfatizou que a distribuição dos
270 recursos dependia da definição de metas e de um planejamento bem estruturado.
271 Informou que a lei estabelecia que o CNDI era o órgão gestor do fundo, porém que
272 a SDH era o órgão que ordenaria as despesas. Uma Comissão CNDI avaliava se
273 os projetos selecionados pela Secretaria atendiam as diretrizes pactuadas e
274 definidas. Informou que a SDH responderia perante aos órgãos de controle em
275 relação às despesas executadas no Fundo e o Conselho em relação às diretrizes
276 estabelecidas para o gasto. Solicitou que na reunião do CNDI de janeiro de 2011
277 para tratar sobre o planejamento estratégico do CNDI que convidassem a SDH a
278 fim de começar a construção do Programas de Idosos do CNDI que seria inserido
279 no PPA. Informou sobre o Disque Direitos Humanos. Salientou que a SDH tinha um
280 modelo próprio de gestão do PPA, que envolvia um colegiado interno chamado
281 Comitê de Coordenação de Programas, que tinha incumbência de fazer a gestão e
282 o acompanhamento do PPA na Secretaria. Informou que o Comitê possuía um
283 grupo de coordenadores denominado Coordenadores Gerais de
284 Acompanhamentos de Programas – CGAP que eram pessoas das equipes que
285 tinham conhecimento especializado sobre o funcionamento do PPA. Informou que
286 o orçamento total da SDH para 2011, incluindo os dois fundos era de 279 milhões
287 de reais e que os Conselhos eram o mecanismo principal criado pela Constituição
288 para fazer o entrosamento e a coordenação de políticas públicas de direitos de
289 determinados grupos sociais. Esclareceu que a dinâmica seguia um ritmo. O CNDI
290 estabeleceria um calendário para o ano de 2011, estabelecia a proposta que seria
291 enviada à Presidência que fazia o filtro e seguia para o Ministério do Planejamento
292 que consolidava todo orçamento geral da união e encaminhava para o Congresso
293 Nacional. No Congresso Nacional era outro momento de negociação. Feita a
294 avaliação do Congresso Nacional, apresentadas as emendas, era encaminhado
295 para a sanção do presidente que se tornaria na lei orçamentária anual. Informou
296 que o Orçamento Federal Brasileiro era um orçamento autorizativo. O Orçamento
297 Geral da União dividido pelo menos em três orçamentos. O orçamento da

298 Secretaria e do FNDI era abastecido pelo orçamento fiscal e pelo o orçamento da
299 seguridade social. Ponderou que o que havia de relevante era que existiam regras
300 próprias para a aplicação dos valores do orçamento fiscal e regras próprias para o
301 orçamento da seguridade social. Informou que periodicamente a cada 15 dias, a
302 coordenação elaborava um quadro que era chamado quadro de detalhamento de
303 despesas que informava a execução orçamentária quinzenal da Secretaria. E que a
304 coordenação geral dos direitos idosos tinha acesso e podia estar compartilhando
305 com a comissão de orçamento. Com relação ao orçamento da SDH no ano de
306 2010 informou que havia cinco ações orçamentárias que compunham o Programa
307 de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Com relação às Conferências informou
308 que o que estava no fundo não servia para a manutenção do Conselho, para
309 funcionamento e manutenção. Isso era uma responsabilidade da SDH. Informou da
310 tentativa de incluir no PPA ações próprias para as conferências. Para a
311 Conferência do CNDI esclareceu que havia um planejamento de constar um milhão
312 e quatrocentos mil reais, porém esse valor não era suficiente, portanto iriam contar
313 com apoio de outros órgãos, de parceria internas com outras unidades da SDH que
314 atuavam no tema de pessoas idosas para chegar ao valor integral. A Sra. Karla
315 Cristina Giacomini ponderou que após os esclarecimentos dos Sr. Herbert Barros
316 havia ficado claro para os conselheiros o quanto estavam distanciados do
317 entendimento tanto do fluxo orçamentário, quanto das próprias ações da Secretaria
318 de Direitos Humanos. Indagou como o FNI se relacionava com os fundos estaduais
319 e municipais. O Sr. Herbert Barros esclareceu que ocorreram reuniões internas
320 com a Secretaria Executiva do CNDI, a Secretaria Nacional de Promoção e Direitos
321 Humanos, com o CONANDA e a Secretaria de Gestão para tentar uma melhor
322 compreensão de funcionamento dos fundos internos. O que fosse de fluxo interno a
323 Secretaria estaria à disposição para contribuir conjuntamente. Informou que a
324 Secretaria Nacional de Promoção e Defesas dos Direitos Humanos através da
325 secretária nacional, Doutora Lena Vania Carneiro Peres e a coordenação geral,
326 Doutora Sandra Regina Gomes eram responsáveis por dar o apoio para o CNDI e
327 que tratava do tema dos idosos; e que obviamente a área de gestão apoiava
328 integralmente o funcionamento de toda Secretaria e não seria diferente para os
329 Conselhos. No tocante à relação do fundo estadual e municipal, esclareceu que
330 esta ainda estava sendo construída visto que não existia uma vinculação direta. O
331 Sr. Nelson Campos esclareceu que com relação aos fundos estaduais a lei

332 realmente não estava prevista, portanto, deveria complementar ou decreto, ou
333 outra lei. O Sr. Herbert Barros agradeceu as contribuições e atenção de todos e
334 encerrou a sua explanação. O Sr. João Batista Lima Filho rememorou as
335 considerações do Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, da Sra. Maria do Rosário na
336 reunião anterior e principalmente as colocadas pelo Sr. Herbert para que fosse
337 possível subsidiar o PPA, o plano estratégico. Sugeriu que a primeira palestra da
338 reunião de janeiro de 2011 fosse com o Instituto Brasileiro de Geografia e
339 Estatística – IBGE com argumento de números em relação à população idosa
340 viabilizando o planejamento estratégico e a ação relativa a orçamento. A Sra. Karla
341 Cristina Giacomini indagou aos conselheiros como se daria a interface do fundo
342 com o CNDI na SDH cotidianamente. A Sra. Lena Vania Carneiro destacou que o
343 CNDI necessitava de uma comissão que trabalhasse de uma forma mais
344 especializada as questões do fundo e compartilhasse esse trabalho com os
345 demais, pois isso faria com que todos se apropriassem do assunto. Lembrou de
346 outra grande responsabilidade do CNDI que era a convocatória das conferências
347 municipais, estaduais e da conferência nacional.. Informou que coordenou o
348 Comitê do PNDH03 que era outra coisa que o Conselho deveria tomar ciência visto
349 que as ações do idoso entravam para o plano bianual da Secretaria e que fazia
350 parte do PNDH03 quase que integralmente. O Sr. Marcos Wandresen informou que
351 o que procurou fazer como conselheiro era levar uma proposta de prioridades
352 CNDI 2011. Solicitou que a presidente do CNDI, Sra. Karla Cristina Giacomini
353 recebesse aquele documento com uma cópia para cada um dos conselheiros para
354 subsidiar o trabalho e ao mesmo entregou à presidente uma contribuição também
355 da comissão de comunicação social que retratava o trabalho feito pela e solicitou
356 que ela repassasse aos conselheiros. A Sra. Karla Cristina Giacomini agradeceu ao
357 Sr. Marcos Wandresen. Ressaltou a necessidade da criação de uma Comissão
358 permanente que tratasse especificamente do Fundo. A Sra. Fátima Rodrigues
359 Guimarães destacou que as comissões permanentes estavam previstas no
360 regimento interno. Talvez o que pudesse ser feito fosse um grupo de trabalho que
361 pudesse estar contemplado por pessoas da comissão de políticas públicas. A Sra.
362 Karla Cristina Giacomini sugeriu ainda a Comissão Permanente do Fundo fosse
363 composta por uma pessoa da Comissão da Articulação, uma pessoa da Comissão
364 de Normas, uma pessoa da Comissão de Políticas Públicas, uma pessoa da
365 Comissão de Comunicação e por convidados. A Sra. Lena Vania Carneiro Peres

366 ponderou que a Comissão não teria outro orçamento para tratar a não ser
367 orçamento do fundo e sugeriu que agregassem convidados de outras comissões
368 para no primeiro momento trabalhar em conjunto aquela comissão. Na tentativa de
369 dar os encaminhamentos para essa questão a Sra. Karla Cristina Giacomini colocou
370 as propostas em votação, uma que a comissão permanente para o fundo fosse
371 formada por membros da comissão de políticas públicas que seria o grupo de
372 trabalho e uma segunda proposta que a própria comissão de políticas públicas
373 assumisse a função sem haver necessidade de designar participação de outros
374 conselheiros e convidados. A definição foi a formação de um GT. Esse GT seria
375 composto por membros das quatro comissões sendo a gestão da comissão de
376 política orçamentos e finanças. Pelo adiantado da hora a Sra. Karla Cristina
377 Giacomini suspendeu a reunião para o almoço e sugeriu que os conselheiros
378 definissem como poderiam participar do GT e retornasse para o conselho a
379 definição. Reiniciados os trabalhos Sr. João Batista Lima Filho sugeriu a paridade
380 no GT e que em se pensando em governo, necessariamente no GT do fundo tinha
381 que ter alguém da SDH, visto que ela seria a gestora do fundo. Como
382 encaminhamento ficou acertado que o GT seria inicialmente formado por MDS,
383 SDH, MPOG. OAB, COBAP e Pastoral da Pessoa Idosa. Como convidados do
384 Grupo de Trabalho do Fundo Nacional do Idoso - GTFNI, Ministério da Fazenda,
385 MJ. Em seguida a Sra. Karla Cristina Giacomini sugeriu que passassem às
386 discussões do GT da Conferência e após discussões ficou acordado para compor o
387 GT da Conferência Ministério das Cidades, Ministério da Previdência Social e
388 Ministério da Saúde. CIAPE, ANG e CNC, SESC. E como colaboradores Ministério
389 da Cultura, SDH e ANADEP. O Sr. Marcos Wandresen solicitou à Sra. Karla
390 Cristina Giacomini que fosse permitido passar ao Conselho um vídeo da COPAB
391 que continha um pouco da história da entidade que coordenava o maior movimento
392 social da América Latina. De pronto foi autorizado pela presidente do CNDI. Após o
393 vídeo o Sr. Marcos Wandresen agradeceu a todos e se despediu, pois precisava se
394 ausentar. A Sra. Karla Cristina Giacomini passou a palavra à Sra. Sandra Regina
395 Gomes. A Sra. Sandra Regina Gomes iniciou se apresentando como parte
396 integrante da SDH que era ligada diretamente à Presidência da República e da
397 Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos que era o
398 Departamento de Promoção dos Direitos Humanos órgãos que sua coordenação
399 fazia parte. Chamou atenção em relação à Constituição Federal, a importância do

400 artigo, o 230, que trazia a questão das pessoas, da família, a sociedade, o estado
401 que tinham o dever de amparar as pessoas idosas. Com relação ao idoso, informou
402 que à Secretaria cabia coordenar a política nacional do idoso; articular e apoiar a
403 estruturação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa
404 Idosa; apoiar a capacitação de recursos humanos para o atendimento ao idoso
405 junto aos demais órgãos; participar, promover eventos específicos como
406 conferências, seminários; coordenar, financiar e apoiar estudos; encaminhar as
407 denúncias relacionadas à violência contra a pessoa idosa e zelar em conjunto com
408 o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso pela aplicação das normas. Ao CNDI
409 cabia fiscalizar, acompanhar, monitorar e inclusive a Coordenação Geral dos
410 Direitos do Idoso, que tinha como objetivo da sua ação a coordenação da política
411 nacional do idoso. Enfatizou que especificidade numérica na questão do idoso
412 ainda não se tinha, nem mesmo o IBGE e que essa articulação só seria possível a
413 partir do momento que dessem visibilidade à pessoa idosa. Informou que uma das
414 diretrizes do PNDH-3 seria promover a inserção, a qualidade de vida e a prevenção
415 aos agravos aos idosos por meio de programas que fortalecessem o convívio
416 familiar e comunitário, garantindo o acesso a serviços, ao lazer, a cultura, a
417 atividade física de acordo com sua capacidade funcional. Enfatizou a realização do
418 Seminário Nacional dos Direitos do Idoso e que nele haviam sido priorizadas 64
419 ações propostas para o próximo biênio e que estas informações constavam no CD
420 que cada conselheiro recebeu no início da sua fala. Destacou a importância do
421 Seminário no sentido de reorganizar o país e dar as diretrizes embasadas nas
422 conferências. Ressaltou que a formação de profissionais que lidavam diretamente
423 ou indiretamente com a população idosa precisava ser capacitada. Sobre a rede
424 intergovernamental, ibero-americana de cooperação técnica nas áreas das
425 pessoas com deficiência e das pessoas idosas informou que houve interlocução
426 com a secretária nacional das pessoas com deficiência, Doutora Isabel Souto Maior
427 que culminou em uma reunião para traçar sobre a questão da acessibilidade que
428 para alguns momentos para o idoso não se encaixava, porém essa posição
429 precisava ser revista. Sobre a Resolução da China, informou que o Brasil foi um
430 dos 77 países que apoiou essa e em decorrência disso recebeu o convite da China
431 para fazer parte de uma comissão para discutir o assunto no ano de 2011.
432 Destacou que era preciso ter clareza que era participando que seria possível mudar
433 cada vez mais a situação em relação ao idoso no Brasil. Informou que uma das

434 solicitações da segunda conferência era justamente a dificuldade de se trabalhar
435 em rede. Informou que o PLANTAR era uma ação daquela coordenação e que
436 vinha como uma política pública, com diretrizes para uma metodologia de trabalho
437 em relação à rede. A Sra. Karla Cristina Giacomini enfatizou que o CNDI tinha
438 muitas dúvidas em relação ao PLANTAR visto que não tinha conhecimento da
439 efetividade que ele propunha e exatamente por entender que a violência contra o
440 idoso era um fenômeno diferenciado de outras violências e por entender que o
441 Conselho não podia apenas com o projeto piloto ter conhecimento da análise
442 daquele processo. Em seguida sugeriu espaço em alguma reunião do Conselho
443 para as discussões e esclarecimentos sobre o PLANTAR. A Sra. Sandra Regina
444 Gomes se propôs a comparecer em uma outra reunião do CNDI para dar
445 apropriação e receber contribuições para o PLANTAR. Em seguida passou às
446 informações sobre o Centro Integrado de Atenção e Prevenção da Violência Contra
447 as Pessoas Idosas – CIAPVI que possuía 16 unidades espalhadas pelo Brasil, que
448 tinha como foco o atendimento e o acolhimento ao idoso e seus familiares em
449 relação à questão da violência e era constituído de três profissionais, um assistente
450 social, um advogado e um psicólogo. Ressaltou que o CIAPVI na sua maioria
451 estava ligado aos Governos Locais e apenas Salvador e Rio de Janeiro recebia
452 apoio de organizações não governamentais. A Sra. Vera Nícia Fortkamp de Araújo
453 destacou que em Florianópolis o CIAPVI funcionava muito bem articulado com O
454 Conselho Municipal do Idoso, com a rede de atendimento à pessoa idosa e mesmo
455 com todas as dificuldades financeiras, existia uma equipe técnica especializada,
456 com especialização em gerontologia. A Sra. Sandra Regina Gomes enfatizou a
457 necessidade do compromisso pelo envelhecimento ativo e saudável que era um
458 compromisso em que todas as agendas dos ministérios caminhavam na mesma
459 direção e esse instrumento deveria ser entregue à população por ocasião do
460 Prêmio Direitos Humanos, mas quatro ministérios haviam pedido revisão do texto,
461 visto que era uma agenda social prioritária em relação ao envelhecimento em todos
462 os ministérios. Sobre o Disk 100 informou que funcionava desde o início de
463 dezembro de 2010 e que para isso havia acontecido uma capacitação que foi muito
464 elogiada. Terminou sua fala do Sr. Paulo de Tarso Vannuchi; *“Toda pessoa tem*
465 *direitos inerentes a sua natureza humana, sendo respeitada a sua dignidade e*
466 *garantia da oportunidade de desenvolver seu potencial de forma livre, autônoma e*
467 *plena”*. Agradeceu a todos a atenção. A Sra. Yélena de Fátima Monteiro de Araújo

468 solicitou um maior detalhamento das ações ou dos programas da secretaria, a fim
469 de que o Conselho pudesse se apropriar dos programas da SDH para que no
470 planejamento estratégico de janeiro pudessem estar em maior sintonia. A Sra.
471 Sandra Regina esclareceu que os programas estavam disponibilizados e que foi
472 fartamente discutido em todas as reuniões, porém não havia impedimento que
473 fosse publicizado. A Sra. Karla Cristina Giacomini agradeceu os esclarecimentos da
474 Sra. Sandra Regina Gomes e passou a palavra ao Senhor Eduardo Ramirez Meza
475 para que ele explicasse o conteúdo do CD que os conselheiros haviam recebido. O
476 Sr. Eduardo Ramirez Meza esclareceu que o CD constava um histórico de
477 resoluções, o ano, o número original da resolução, a data, dia e mês e uma
478 pequena emenda de que ela tratava. Possuía três resoluções que não publicadas,
479 daquele colegiado. E Por fim todas as outras resoluções até a última proposta de
480 numeração. Esclareceu que a que tinha coloração vermelha estava pendente nos
481 parâmetros de criação dos conselhos por conta da alegação de
482 inconstitucionalidade. A Sra. Karla Cristina Giacomini utilizando da sua condição de
483 presidente sugeriu, colocou em votação e foi aprovada a seguinte redação:
484 *“Considerando a necessidade de padronizar e facilitar o acesso do público às*
485 *resoluções emitidas pelo CNDI resolve, artigo 1º determinar que a partir desta*
486 *todas as resoluções emitidas pelo CNDI sigam numeração cronológica, seqüencial*
487 *e contínua. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação”*. O Sr.
488 Eduardo Ramirez Meza continuando sua fala enumerou o que mais havia no CD; o
489 que tinha sido possível resgatar da terceira conferência com orientações, decretos,
490 leis desde 1974 que era a lei que falava da renda mensal vitalícia, fundo do idoso;
491 o decreto 579; a lei 8842, as pautas que se conseguiu resgatar desde o ano 2006
492 até a da 47ª Reunião Ordinária do Conselho; Atas e resumos executivos e
493 Portarias de designação; editais de convocação da sociedade civil. Na pasta
494 diversos do CD, informou que continha o histórico de como tinha sido composição
495 da mesa diretora, presidência e vice-presidente do conselho desde a sua criação e
496 o número das reuniões ordinárias. Em resumo um histórico minucioso de tudo o
497 que tinha acontecido no CNDI até aquela data. A Sra. Karla Cristina Giacomini
498 parabenizou o trabalho minucioso do Sr. Eduardo Ramirez Meza. **Encerramento.**
499 A Sra. Karla Cristina Giacomini desejou um feliz natal e um próspero ano novo a
500 todos e sem nada a declarar, encerrou a reunião.

501 Nada mais a degravar, eu Claudia Americano Dolabella encerro a transcrição da
502 48ª Reunião Ordinária – CNDI, realizada em 13 e 14 de dezembro de 2010, em
503 Brasília-DF.

504

505

506

507

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.